

DESCONTINUIDADES HISTÓRICAS E O PENSAMENTO CRÍTICO A MODERNIDADE: A ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DE MICHEL FOUCAULT

Data de submissão: 10/01/2025

Data de aceite: 05/02/2025

Neilaine Ramos Rocha Lima

Coordenadora do Curso de História-
Sede- Uem
Coordenadora de Extensão do Curso de
História UEM
Professora Adjunta do Departamento de
História UEM
Professora do Programa de Pós-
graduação em História UEM
Professora do Profhistória UEM
<http://lattes.cnpq.br/7939358433295626>

Renan Tavares Albino

Mestrando em história pela Universidade
Estadual de Maringá (UEM)
<http://lattes.cnpq.br/4322639417245291>

RESUMO: Esse texto expõe uma análise profunda das ideias de Michel Foucault em sua fase arqueológica no contexto de crítica ao paradigma moderno, especialmente relacionada ao conceito de descontinuidade histórica e à crítica às metanarrativas. Foucault, um dos principais intelectuais de seu contexto, critica a “História Tradicional” que busca uma continuidade histórica, propondo uma nova abordagem que valoriza as descontinuidades e as múltiplas narrativas, o que o aproxima do

pensamento pós-moderno oupositor a modernidade. Para ele, a história não se desenvolve de forma linear e contínua, mas é marcada por descontinuidades. A arqueologia, método desenvolvido por Foucault, busca justamente identificar essas descontinuidades históricas. Através dela, o filósofo investiga como os saberes se constituem em diferentes épocas, revelando as relações entre conhecimento e poder. Ao final, o trabalho visa contribuir para uma compreensão, a partir de Foucault, da importância dada pelo filósofo à descontinuidade. A descontinuidade histórica para Foucault não é apenas uma constatação, mas uma ferramenta analítica. E neste sentido, ao identificar as rupturas e as transformações nos saberes, é possível desvelar os mecanismos de poder que operam na sociedade e como eles moldam nossas vidas.

A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA E O DECLÍNIO DAS METANARRATIVAS.

Definir o conceito de pós-modernismo não é tarefa simples. O primeiro ponto de esclarecimento necessário talvez seja a distinção entre

Pós-Modernidade — geralmente associada a um período específico nos limites da história contemporânea — e **Pós-Modernismo**, que se refere a um campo ou circuito cultural (BARROS,2018, p.10). Terry Eagleton (1998) também faz uma distinção semelhante entre Pós-Modernismo e Pós-Modernidade. Para ele, o “Pós-Modernismo” seria “uma forma de cultura contemporânea,” enquanto a “Pós-Modernidade” remeteria a um período histórico específico. Enquanto visão de mundo, o pós-moderno representa uma “linha de pensamento que desafia as noções tradicionais de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas e os fundamentos definitivos de explicação” (EAGLETON, 1998, p. 7).

A obra “A Condição Pós-Moderna” (1979), de François Lyotard, foi um dos primeiros textos a tratar o Pós-Moderno como uma transformação geral na condição humana. O autor descreve essa nova fase, entre outros pontos, pela “morte dos centros” e pela perda de confiança nas grandes metanarrativas. Quanto à História, as metanarrativas mais conhecidas eram aquelas que apresentavam a trajetória histórica como um grande processo coerente e teleológico do Singular Coletivo — particularmente a metanarrativa iluminista, as variações da metanarrativa hegeliana e mesmo a metanarrativa marxista (BARROS,2018, p.14).

Esse descrédito às metanarrativas, central na obra de François Lyotard, é ecoada por Michel Foucault, que rejeita a “História Tradicional” em favor de uma nova abordagem histórica que se concentra nas descontinuidades e nas múltiplas narrativas que compõem a experiência humana, afastando-se da busca por uma história linear e teleológica. Essa transição de uma visão de história contínua para uma abordagem que valoriza a fragmentação e a pluralidade pode ser entendido com um reflexo das inquietações pós-modernas que permeiam o pensamento contemporâneo.

Na introdução de *Arqueologia do Saber* (1969) Foucault critica a “História Tradicional”, aquela destinada a continuidades, a “história propriamente dita, a história pura e simplesmente” em favor daquilo que ele denomina *História nova* (FOUCAULT, 1997, p. 6).

O projeto de uma história global é o que procura reconstituir a forma de conjunto de uma civilização, o princípio -material ou espiritual – de uma sociedade, a significação comum a todos os fenômenos de um período, a lei que explica sua coesão - o que se chama metaforicamente o “rosto” de uma época (FOUCAULT, 1997, p.11).

A história continua seria aquela que constitui o projeto de uma história global. Seria a busca da reconstituição do “rosto” de uma época, de suas continuidades, sua evolução. Neste sentido, Foucault nos alerta, a História não deve ser vista como algo contínuo e harmônico, onde tudo segue uma linha previsível e coerente. “Em suma, a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações da continuidade, enquanto a história propriamente dita, a história pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção

dos acontecimentos.” (FOUCAULT, 1997, p.6)

Michel Foucault, em sua análise histórico-filosófica, realiza uma crítica as metanarrativas modernas ao expor a descontinuidade dos discursos e a forma como os saberes são construídos e legitimados em contextos específicos de poder. Em *História da loucura* (1961)¹, por exemplo, Foucault exemplifica como a loucura, ao longo das diferentes épocas, foi sendo redefinida por regimes discursivos que refletem não um progresso linear, mas rupturas e reorganizações das relações entre razão e desrazão. Ele rejeita a ideia de que a história segue um caminho teleológico orientado por grandes explicações universais, mostrando, por exemplo, que a psiquiatria moderna, ao tratar a loucura como doença, não é uma solução definitiva, mas o reflexo de um momento histórico que normatiza e controla o louco em nome da razão. Essa crítica às metanarrativas traz luz a visão foucaultiana de que o saber está sempre entrelaçado com o poder, questionando as verdades universais que sustentam a modernidade e revelando os mecanismos pelos quais essas verdades são construídas e impostas.

UM PENSAMENTO PÓS-MODERNO EM FOUCAULT NA FASE ARQUEOLÓGICA E A DESCONTINUIDADE HISTÓRICA:

Michel Foucault (1926 – 1984) foi um filósofo francês que, apesar de sua morte prematura, construiu uma obra ampla e densa, dividida em três fases segundo Machado (1981), — arqueologia, genealogia e estética da existência. Pensador livre, Michel Foucault expressa uma postura que se opõe ou transcende as estruturas disciplinares tradicionais. Sua postura, que se opõe à vinculação com um campo específico de conhecimento, é complementada por diversos trabalhos dedicados à intensa produção e multiplicação de fraturas, cortes e deslocamentos. Sendo o conjunto da obra tão heterogêneo e complexo que relaciona o filósofo a uma defesa de múltiplas identidades. No entanto, temos autores que encontram uma lógica dentro da obra de Foucault revelando “um sistema por trás do sistema” (BILLOUET, 2003).

Podemos encontrar raízes desta afirmação no próprio Foucault, em uma entrevista “Poder e Saber”, gravada em Paris, em 1977. Nessa entrevista, Foucault fala sobre sua primeira obra, “História da Loucura” (1961), e discute a questão das instituições médicas e da medicina no período moderno, chegando até as ciências empíricas em “As palavras e as coisas” (1966). Ele conclui que é possível encontrar um “fio condutor” que conecta esses temas (FOUCAULT, 2006, p. 224). Além disso, ele menciona que o grande problema da atualidade é “o poder” (FOUCAULT, 2006, p. 225). Foucault, ao estudar a sociedade ocidental, explica que as “verdades” que aceitamos estão ligadas ao poder. Ou seja, essas verdades não surgem de forma natural, mas são criadas e usadas para controlar

¹ Michel Foucault, *História da Loucura na Idade Clássica* (1961), é uma obra pertencente à fase arqueológica do autor, na qual ele explora as condições históricas de possibilidade que moldaram os discursos e as práticas em torno da loucura, destacando as relações de poder e exclusão que permeiam esse processo.

e organizar a sociedade. Para ele, a relação entre “verdade/poder” e “saber/poder” é fundamental e uma das suas principais preocupações (FOUCAULT, 2006, p. 229). Neste sentido, embora Foucault aborde diversos temas em sua obra, mesmo com as diferentes fases em sua produção, como “Arqueologia”, “Genealogia” e “Ética”, Foucault não as vê como uma ruptura em seu pensamento, mas como uma forma de se distanciar de “rótulos ideológicos” que são limitantes. E essa rejeição a qualquer tipo de imposição ideológica pode ser assimilada com uma crítica ao processo de racionalização da modernidade.

Em seu primeiro livro, *História da Loucura* (1961), observamos que para Foucault haveria três *epistemes* ² desde o final da Idade Média: o Renascimento (séc. XIV ao XVI), a episteme clássica (séc. XVII ao final do XVIII) e a episteme moderna (final do XVIII até o final do XIX). A ideia central do livro é que o conhecimento sobre a loucura, em cada episteme, organiza a maneira como a sociedade vive e entende a loucura a partir de certos regimes discursivos que são passíveis de análise histórica. Observamos então, que a experiência da loucura no Ocidente pode ser dividida em dois momentos: o primeiro momento é o da experiência trágica, onde a loucura é vista como algo próximo e parte do nosso mundo. Com o tempo, essa visão é substituída pela experiência racionalista que vê a loucura como algo a ser controlado. Enquanto a visão trágica aceita a loucura como parte da vida, a visão racionalista cria maneiras de controlá-la (FOUCAULT, 1987 P. 30-42). Neste sentido, Foucault explica que, durante o iluminismo, a razão se tornou a base para se entender o mundo e a própria existência. Assim sendo, a loucura passou a ser vista como algo que devesse ser excluída da sociedade porque representa uma quebra com a lógica e o entendimento racional.

A situação deles (loucos) é diferente com relação à verdade e àquele que a procura; sonhos ou ilusões são superados na própria estrutura da verdade, mas a loucura é excluída pelo sujeito que duvida. Como logo será excluído o fato de que ele não pensa, que ele não existe (FOUCAULT, 1978, p.46).

Assim, Foucault aponta que o grande exemplo de uma razão concebida como guardião do mundo das luzes é o *Cogito de Descartes* ³. Se o cogito é o ponto inicial do pensamento, a única garantia de existência do homem, o louco é aquele privado dessa capacidade, desprovido de cogito, portanto, não pensa. Esse embate discursivo estabelece uma razão que controla a loucura, vigia o louco e busca, de toda forma, não se descuidar. Essa reviravolta define a ascensão de uma nova episteme onde novos regimes discursivos emergem (FOUCAULT, 1987 p. 42-47). E neste sentido, ao examinar a loucura, no contexto do iluminismo, Foucault inicia sua crítica a racionalidade moderna, pois esta compreendia a loucura como uma irrefutável ameaça à verdade.

2 Por *episteme*, Foucault designa, na realidade, um conjunto de relações que liga tipos de discursos e que corresponde a uma dada época histórica: “são todos esses fenômenos de relações entre as ciências ou entre os diferentes discursos científicos que constituem aquilo que eu denomino a *episteme* de uma época” (Revel, 2005).

3 Cogito, ergo sum (“Penso, logo existo”). Esse enunciado é central na filosofia cartesiana e representa a busca de Descartes por uma verdade que fosse indubitável. Ao duvidar de todas as coisas, ele percebeu que o ato de duvidar implicava um “eu” que pensa, levando à conclusão de que a própria dúvida é prova de existência.

Podemos observar, neste sentido que, Foucault ao criticar a modernidade, revela que o conhecimento que busca controlar e compreender a loucura não segue necessariamente uma trajetória linear de progresso, como se fosse gradualmente evoluindo até descobrir e isolar a loucura como doença. Em vez disso, esse saber surge em um contexto histórico específico, a qual conforma uma certa experiência da loucura, sem perder sua capacidade de mudança. Para Foucault, quanto mais o discurso racional tenta cercar e conter a loucura, mais essa reaparece sob outros signos, escapando ao controle.

A continuidade é apenas o fenômeno de uma descontinuidade. O que se apresenta como um progresso linear é, na verdade, uma série de rupturas e transformações que revelam a complexidade das relações entre saber e poder, razão e loucura. Cada tentativa de categorizar e controlar a loucura traz à tona novas formas de desvio, desafiando a própria estrutura do conhecimento que busca dominá-la. (FOUCAULT, 1978, p.121).

Na “História da loucura”, Foucault, desnaturaliza a Loucura e, neste sentido, nossos sentimentos sobre o Louco. Desde sempre esperamos que a loucura seja tomada como um problema de saúde, por isso o louco deveria ser excluído da convivência das “pessoas normais”. Nossa percepção moderna sobre a loucura tende a estender esses sentimentos e atitudes como eternas com relação aos loucos. No entanto, somos impactados quando lemos Foucault, ele volta à Idade Média, procurando encontrar os lugares de reclusão típicos das sociedades medievais e não encontra. O que se encontra são leprosários, espaços onde os leprosos são deixados. No imaginário medieval, o louco não pode ser preso porque é visto como alguém que não pertence a lugar algum. Assim como a sua mente vaga sem rumo seu corpo deve ser deixado livre. A loucura só entra em um novo regime discursivo, com o significado que encontramos hoje, com a constituição da clínica da psique humana, isto é, a psiquiatria. Desta forma, a psiquiatria passa a ser percebida como uma ciência que resolveu o antigo problema da loucura, que sempre afligiu a humanidade. No entanto, ela participa de uma sensibilidade em relação à loucura que nem sempre existiu. Embora alivie os males do louco, o priva de liberdade, o trata como doente. Em contraste com outras épocas em que o louco era deixado em liberdade. (FOUCAULT, 1987).

Neste sentido, Foucault aponta estratégias criadas pela racionalidade para o enfrentamento da loucura, destacando uma importante descontinuidade histórica. Até o final da idade média, a loucura era vista como oposta ao uso da razão e não um problema de disfunção da saúde, por isso o louco não é tratado, nem internado. Em sua análise, percebemos uma descontinuidade. Vários objetos, diferentemente definidos, são chamados de loucura. A “História da loucura” é marcada pela descontinuidade dos objetos que cada época denomina loucura. (CARDOSO JR. p.14).

Como já indicamos, Foucault observa dois regimes discursivos opostos. Um deles provem da Idade Média. A loucura é vista como coexistente da razão, sua presença não deve ser excluída. Resta a razão tentar controlar a desordem que a loucura traz, ajudando

a criar uma certa ordem no mundo. Essa relação entre razão e loucura é como uma luta, onde ambas estão conectadas, como luz e sombra. Mas, um outro regime discursivo emerge: aqui, a razão não quer apenas viver ao lado da loucura; ela quer dominá-la. A razão se torna algo que precisa estar sempre alerta, caso contrário a desrazão invade o mundo e a domina.

Por mais rudimentares que sejam os tratamentos médicos feitos nos insanos do Hôtel-Dieu ou do Bethleem,⁴ eles são, no entanto, a razão de ser ou pelo menos a justificativa para sua presença nesses hospitais. Em compensação, o mesmo não acontece nos diferentes prédios do Hospital Geral. (...) Em certos estabelecimentos os loucos só são recebidos na medida em que sejam teoricamente curáveis; em outros são recebidos apenas para livrar-se deles ou recuperá-los (FOUCAULT, 1978, p.127).

Nesta nova episteme, a loucura será objeto de exclusão social. Foucault observa que os leprosários começam a esvaziar-se no final da Idade Média. Esses locais ficaram abandonados e esquecidos, com os leprosos sendo mais excluídos, mas tratados como doentes em casas de saúde. O mais significativo é que, no século XVIII, os antigos leprosários passam por reformas arquitetônicas e administrativas, dando origem aos “hospitais gerais”, que vão abrigar diversas pessoas, incluindo os loucos. O hospital geral, no entanto, não se configura um espaço de tratamento de saúde nos moldes atuais. Essa definição de “hospital geral” é devida ao fato que, a administração não é guiada por uma demanda de saúde, pois o médico não exerce liderança, ele ocupa uma posição secundária. Além disso, a presença de uma grande variedade de indivíduos evidencia essa instituição como diferente das que conhecemos. Nos hospitais gerais, os loucos são internados ao lado de pobres, indigentes e devassos. Neste sentido, certamente não seria uma questão de saúde que os levava a essa internação, em um mesmo local. A história da loucura revela que, durante o período do “grande internamento”, como Foucault o denomina, os loucos compartilhavam com as outras categorias internadas uma certa degenerescência moral. O problema que aflige os pobres, os loucos e os devassos são uma desordem de natureza moral, justificando sua presença no mesmo espaço. O tratamento não visa a saúde, eles são submetidos a um tratamento moral. A terapia aplicada para corrigir o mal moral nos hospitais gerais é o trabalho, visto como um meio de corrigir as almas e as índoles, enquanto o médico se ocupa apenas dos aspectos físicos.

Assim sendo, isso implica dizer que a psiquiatria emerge em uma nova episteme, a moderna, mas reativa em seu discurso enunciados e visibilidades de uma episteme anterior. Em outras palavras, a psiquiatria é ao mesmo tempo uma continuação e uma transformação de ideias e práticas que já existiam. Embora os métodos, conceitos e técnicas dessas ciências se desenvolvam dentro da episteme contemporânea, elas continuam a operar nas instituições de internamento, rearticulando, para fins científicos, o discurso moral que ali

4 Instituições históricas ligadas ao cuidado de doentes e à assistência social associadas à Igreja e ao cristianismo medieval.

se estabeleceu. Para isso, era necessário associar a internação do louco à ideia de que a loucura é uma enfermidade do corpo. Assim, o louco seria isolado, não mais parte de um grupo de indivíduos afetados por um mal de natureza moral. Ele passaria a justificar a criação de uma instituição de internamento com objetivos médicos. No século XIX, Foucault observa que a sociedade se espanta e se indigna ao perceber que o louco estava internado ao lado do criminoso, do devasso e do indigente. Esse espanto, analisado sob a perspectiva do arqueólogo do saber, revela que uma nova experiência da loucura estava em formação. A distinção entre o louco, o criminoso, o indigente e o devasso ocorrem pela assimilação à medicina. Ou seja, essa mudança não é causa final de um avanço científico, mas também uma consequência da prática de internamento.

Durante muito tempo, o pensamento médico e a prática do internamento haviam permanecido estranhos um ao outro. Enquanto se desenvolvia, segundo suas leis próprias, o conhecimento das doenças do espírito, uma experiência concreta da loucura tomava lugar no mundo clássico — experiência simbolizada e fixada pelo internamento. Ao final do século XVIII, essas duas figuras se aproximam, com o objetivo de uma primeira convergência. Não se trata de uma iluminação, nem mesmo de uma tomada de consciência, que teria revelado, numa conversão do saber, que os internos eram doentes; mas sim de um obscuro trabalho no qual se defrontaram o velho espaço de exclusão, homogêneo, uniforme, rigorosamente limitado, e esse espaço social da assistência que o século XVIII acabou de fragmentar, de tornar polimorfo, segmentando-o segundo as formas psicológicas e morais da devoção (FOUCAULT, 1978, p.466).

Quando as pessoas passaram a ser internadas em hospitais psiquiátricos, a sociedade começou a vê-las como doentes que precisavam de tratamento médico, em vez de pessoas com problemas morais ou comportamentais. Então, a ideia é que a maneira como as instituições tratavam os loucos influenciou a forma como a sociedade pensava sobre a loucura, e não o contrário. Não foi um avanço na ciência que mudou a visão sobre a loucura, mas sim a prática de internar as pessoas. Com isso, o médico se tornou a figura central nos asilos, não apenas por seu conhecimento científico, mas também porque tinha a autoridade moral que antes era exercida por administradores que não eram médicos.

O MÉTODO ARQUEOLÓGICO DE FOUCAULT: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.

O que faz um arqueólogo? Ele realiza escavações e analisa as idades das diferentes camadas do solo à medida que o local de interesse é aprofundado. O desafio surge quando o sítio contém vários períodos, tornando difícil distinguir as camadas que pertencem a uma época das que pertencem a outras. Foi assim que Foucault procurou compreender como se formam os saberes. Cada saber é constituído por camadas que refletem uma determinada época histórica.

A arqueologia descreve um nível de homogeneidade enunciativa que tem seu próprio recorte temporal, e que não traz com ela todas as outras formas de

identidade e de diferenças que podem ser demarcadas na linguagem; e neste nível, ela estabelece um ordenamento, hierarquias e todo um florescimento que excluem uma sincronia maciça, amorfa, apresentada global e definitivamente. (FOUCAULT, 1997, p. 167).

Portanto, em primeiro lugar, não se deve considerar um saber anterior como simplesmente uma versão passada de um saber mais “avançado”, que inevitavelmente evoluiu para uma forma mais desenvolvida. Ou seja, para a arqueologia foucaultiana um saber não se transforma necessariamente em outro, e cada época do saber é descontínua em relação à anterior, com o arqueólogo buscando identificar esses pontos de descontinuidade. Foucault denomina o limite entre os estratos de diferentes períodos de saber em sua fase arqueológica, ele identificou três epistemes: a do Renascimento, a clássica e a moderna. Após a separação dos estratos de uma episteme, o trabalho do arqueólogo Foucault se concentra na análise interna de cada episteme, buscando entender como cada episteme organiza seus saberes. Cada episteme possui uma estrutura própria que define os objetos, conceitos e métodos de um saber.

A episteme não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas. (FOUCAULT, 1997, p. 214).

A análise arqueológica revela ainda que diferentes saberes podem coexistir dentro de uma mesma episteme, cada um com suas particularidades e formas de entendimento, refletindo a complexidade e a diversidade do conhecimento em cada período histórico. Assim, um dos passos da arqueologia Foucaultiana é a separação dos limiares de saberes. Essa separação permite identificar as diferentes camadas de um mesmo campo de conhecimento, que, embora pertençam à mesma episteme, possuem conformações e consistências distintas.

Um saber é entendido como um “regime discursivo”, que organiza os objetos, conceitos e métodos pertinentes a esse saber. Os saberes podem ser diferenciados com base nos limiares que definem sua entrada ou saída de um determinado campo de conhecimento. Por exemplo, no contexto da loucura, pode-se observar a distinção entre a psiquiatria e o exorcismo. Para realizar essa análise, é necessário construir “famílias discursivas”, que envolvem a descrição dos objetos, conceitos e métodos específicos de cada saber, assim como a diferença entre eles (CARDOSO JR. p. 10).

Um regime discursivo é um conjunto de práticas que define o que pode ser dito e pensado dentro de um determinado campo de conhecimento. Mesmo em uma episteme moderna, onde as ciências são valorizadas, os saberes científicos não são puramente científicos; eles estão imersos em uma rede de discursos que incluem elementos de tradições não-científicas e de epistemes anteriores.

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico (o saber da psiquiatria, no século XIX, não é a soma do que se acreditava fosse verdadeiro; é o conjunto das condutas, das singularidades, dos desvios de que se pode falar no discurso psiquiátrico). (FOUCAULT, 1997, p. 204).

Os amálgamas das famílias discursivas são fundamentais para o arqueólogo do saber, levando Foucault a desenvolver o método arqueológico com o objetivo de aprimorar a análise micrológica dos regimes discursivos. As famílias discursivas são compostas por dois tipos de elementos: o enunciável, que se refere ao que pode ser dito, e o visível, que diz respeito ao que pode ser observado. A interação entre esses enunciados e visibilidades é o que confere a um saber sua originalidade histórica. Por exemplo, quando a psiquiatria surgiu no século XIX, novos conceitos foram criados sobre a mente, a loucura e as regras para internar pessoas. Essa criação de novos conceitos depende de como se define o que deve ser observado.

Um objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações (FOUCAULT, 1997, p. 50).

Foucault também mostra que era necessário um novo tipo de arquitetura nos hospitais psiquiátricos para que os corpos dos pacientes pudessem ser vistos e examinados de forma eficaz. Os comportamentos e gestos dos pacientes são registrados e organizados, assim como as palavras são. Essa organização dos registros é fundamental para que o método arqueológico possa entender as características de um discurso e, assim, o contexto histórico de um saber. Portanto, os saberes se destacam pela grande quantidade de informações visíveis e enunciadas que produzem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Foucault, ao afastar-se das grandes narrativas acaba nos conduzindo a um olhar mais fragmentado e plural da experiência humana, o que o aproxima da discussão do contexto pós-moderno. Sua crítica às metanarrativas modernas, especialmente na análise das condições de poder e saber, revela como as verdades universais são construídas dentro de contextos históricos específicos e de relações de poder. Por fim, a obra de Foucault propõe uma nova forma de fazer história, não como uma linha contínua e evolutiva, mas como um campo marcado pela descontinuidade, onde os saberes e práticas não surgem de forma linear ou evolutiva, mas como resultado de tensões, lutas e deslocamentos. Essa abordagem contribui para um entendimento mais complexo e plural da sociedade, da história e das formas de poder, e nos desafia a pensar de maneira crítica e desconstruída as estruturas que sustentam nosso conhecimento e nossas práticas cotidianas. Cabe

salientar for fim, que nossa discussão não se limitou a enquadrar o intelectual Foucault em uma suposta categoria teórica de ser ou não um pós moderno, mas sim, em ressaltar a importância de sua análise arqueológica para a formação de uma crítica a modernidade e principalmente a forma com que esse paradigma elaborou seus modelos de análise histórica.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D' Assunção. **História e Pós-modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

BILLOUET, Pierre. **Foucault**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

CARDOSO JR., H. R. **Foucault em Sobrevôo**.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do Pós-Modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 1997. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. Michel Foucault: organização e seleção de textos, Manoel Barros da Mott. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Coleção Ditos e Escritos, v. 4).

FOUCAULT, M. **História da Loucura**, 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber – A Trajetória da Arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.